



# Debates sobre FEMINISMO, GÊNERO E CLASSE

Oposição Classista e Combativa ao DCE da UFC



## Apresentação

2

# NOTA DA REDE ESTUDANTIL CLASSISTA E COMBATIVA (RECC) AO I ENCONTRO DE DIVERSIDADE SEXUAL DA UFC

\* Setembro de 2014

O Brasil é um dos países onde as expressões da homo-transfobia se apresentam de forma bastante acentuada. Dados do Grupo Gay da Bahia (GGB) nos mostram que, em 2013, algo em torno de 132 pessoas da população de gays, lésbicas e travestis foram assassinadas em crimes bárbaros. No relatório do GGB a região Nordeste foi classificada como a mais homo-transfóbica do País, abrigando 28% da população brasileira, concentraram-se na referida região 43% das mortes, seguido de 35% no Sudeste e Sul, 21% no Norte e Centro Oeste. A homo-transfobia acometida releva o perfil dos vitimados: em sua maioria da classe trabalhadora (com atividades laborativas vinculadas ao estereótipo à população LGBT - cabeleireiro e profissionais do sexo) negros (as) ou pardos (as).

Destacamos que a ausência de políticas públicas voltadas para a população LGBT só faz aumentar as estatísticas em torno das mortes de inúmeros desses sujeitos sociais. A não aprovação do Projeto de Lei 122, que criminaliza a homofobia, também reverbera nos altos índices de assassinatos. O atual governo tem se calado diante da problemática, assumindo posturas de subserviência no tocante à bancada conservadora-religiosa, que verbaliza discursos discriminatórios, influenciando a sociedade.

O cenário explicita a necessidade de luta contra as formas de discriminação em torno da diversidade sexual, de modo a compreender a homo-transfobia como uma questão social, a ser problematizada pela sociedade, uma vez que é expressão de uma das formas de opressão e exploração, acentuada pelo modo de produção capitalista, cuja barbarização da vida, em meio à lógica da acumulação do capital, se apresenta como tônica central. As opressões se manifestam no machismo, no racismo, na desigualdade social, na homo-transfobia, e que sustentam material e ideologicamente o sistema capitalista.

O surgimento do movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) remonta a Rebelião do Bar Stonewall (1969), nos Estados Unidos, quando um grupo de policiais entrou em confronto com a população frequentadora do referido bar, composta em sua maioria por homossexuais. A Rebelião do Bar Stonewall representou um avanço na luta contra a homofobia, além de nos mostrar que a população LGBT não é um conjunto de vítimas, apassivadas pela sociedade, portanto, são sujeitos sociais capazes de desenvolver processos de lutas contra a opressão e exploração.

Desde esse período foram surgindo movimentos LGBT em todo o mundo, sobretudo, sob influência do Maio francês de 1968, um movimento de contestação ao capitalismo e ao modo de vida imposto pela lógica do capital, tendo no conservadorismo uma estratégia para se fixar normas sociais. Contudo, o Maio de 68 acabou dividindo-se em vertentes que substituíram as posturas mais combativas por formas academicistas e surgimento de movimentos LGBT destituídos da dimensão classista.

No Brasil o movimento em torno da diversidade sexual tem início nos anos 1970/1980, de início pautando-se sob uma perspectiva crítica. Contudo, atualmente, o movimento LGBT passa por processos de crise, dado que as formas de enfrentamento a problemática acabou adentrando no subjetivismo, nas relações identitárias, no debate em torno de nomenclaturas, afastando-se das estratégias classistas e combativas para o enfrentamento das opressões e explorações. Visualizamos movimentos LGBT cooptados, setoriais LGBT em coletivos e partidos políticos que utilizam o debate das opressões como estratégias para o aparelhamento dos sujeitos sociais. As posturas governistas e/ou para-governistas utilizam táticas reformistas que nada são de efetivas para o fim da exploração-opressão LGBT. Promovendo, somente, beijaços ou cortejos festivos, que espetacularizam a luta contra a homo-transfobia, alimentando o chamado mercado Pink, ditando a moda (roupas, sapatos, gostos) específica para esta população. A festa que cabe ao reformismo contempla somente os LGBT burguês, aqueles ao qual a violência e a opressão atinge e se aprofunda são os mesmos já oprimidos pelo pertencimento à classe trabalhadora, então, duplamente oprimidos.

4

Defendemos que a diversidade sexual não pode ser tratada pelas abstrações pós-modernas, que dão centralidade ao indivíduo, esvaziando de sentido o contexto socioeconômico e cultural em que a opressão e exploração contra a população LGBT está situada. Sobretudo, cair num debate culturalista, que atribui a homo-transfobia uma dimensão meramente cultural, dissociando as condições materiais de existência e o perfil dos sujeitos que mais sofrem com a discriminação: a classe trabalhadora, os negros, as mulheres, as/os travestis.

A questão da homo-transfobia está atrelada a condição de classe, pois, sem o recorte de classe, cairemos em formas de falseamento da realidade social. Negamos as estratégias burguesas de enfrentamento às formas de discriminação. Assumimos posturas classistas e combativas no enfrentamento a opressão e a exploração. A autodefesa é uma das formas de enfrentamento da classe trabalhadora contra as opressões da classe burguesa e deve ser a forma de enfrentamento das frações superexploradas do capital, como as mulheres, negros e LGBT. A população LGBT não pode ser vítima de seu destino, mas protagonista das lutas sociais, em defesa da luta do povo!

# A LUTA DA MULHER FAZ PARTE DA LUTA DO POVO!

\* Outubro de 2014

## Apresentação

01. *A Oposição Classista e Combativa/RECC ao DCE da UFC (OCC/DCE-UFC)* surge diante da necessidade histórica de se retomar antigos valores militantes e práticas políticas que nortearam estudantes e trabalhadores ao longo das lutas revolucionárias. Neste sentido, afirmamos que devemos realizar um resgate do que há de melhor no passado, não como forma de reinterpretação saudosista, mas para realizar na conjuntura atual lutas e estratégias livres de práticas parlamentaristas, bem como livres de ferramentas de análise da realidade que caíam no paradigma pós-moderno da culturalização da política e do relativismo.

Além disso, nos reivindicamos como oposição ao DCE da UFC. Opomo-nos não apenas à gestão atual, mas a todo um modelo de atuação política disseminado no movimento estudantil (ME) e materializado hoje no DCE da UFC e demais entidades que seguem a sua política parlamentarista. Para isso, propomos a ação política direta contra a ofensiva neoliberal que se dá hoje na Educação. E que a combatividade, o protagonismo estudantil e o classismo sejam as nossas palavras (e ações) de ordem.

5

## A condição da mulher trabalhadora e a luta por sua autodeterminação de classe

*"A luta de classes, fato histórico e não a afirmação teórica, é refletida no nível do feminismo. As mulheres, como os homens, são reacionárias, centristas ou revolucionárias. Elas não podem, portanto, travar a mesma batalha juntas".* Mariátegui, Reivindicações Feministas.

02. *A maioria da população é explorada na sociedade em que vivemos por uma minoria privilegiada.* A mulher trabalhadora compõe metade dessa massa explorada e detém nela, sob imposição, a parcela mais superexplorada, precarizada e subempregada. De acordo com a pesquisa feita pelo IBGE (17/09/2010), as mulheres brasileiras constituem um total de 39,5 milhões de trabalhadoras. Desta massa de

proletárias, mais da metade delas (51,2%) está submetida ao trabalho informal. Em 2013 a Secretaria de Segurança do Ceará registrou 536 estupros e 119 homicídios a mulheres em Fortaleza. No mesmo período, 254 mulheres foram mortas no Ceará. A universidade, portanto, não escapa ao contexto de exploração e opressão ao qual está submetida à mulher. Não em abstrato se institui o machismo, mas em sua materialidade, no cotidiano do trabalho e estudo, dentro e fora das instituições que compõe a sociedade, de maneira direta sobre as mulheres trabalhadoras e indiretamente sobre os homens trabalhadores.

6 **03. A estrutura de exploração-opressão compreende não só o machismo, como também o racismo, a transfobia, etc.** Vale lembrar que a maioria esmagadora dos índices de violência contra a mulher compreende as mulheres proletárias, sobretudo negras e moradoras da periferia. À mulher trabalhadora que, não muito distante, conquistou seu direito de inserção ao mercado de trabalho levou consigo toda a opressão do âmbito doméstico imposto pela moral social (moral burguesa). E isso foi reforçado pelos seus iguais, reafirmando seu lugar de oprimida e, com isso, assumindo uma jornada de trabalho extenuante, precarizada, informal ainda somada a jornada de trabalho doméstico nos cuidados do lar e dos filhos. No último ano, evidenciaram-se as formas de opressão e superexploração da classe trabalhadora, principalmente durante e após a realização de megaeventos no Brasil e acentuação do turismo sexual. É preciso entender o turismo sexual como negócio extremamente exploratório/degradante para a mulher e lucrativo para o agenciador/cafetão. Como atividade econômica altamente rentável aos exploradores, o turismo sexual envolve um grau de organização e detalhamento tal qual uma agência tradicional de viagens e turismo onde o turista compra o pacote de estadia com uma acompanhante inclusa. Faz-se necessário revelar a convivência da hotelaria burguesa (5 estrelas) com as práticas de prostituição. Na tentativa de agradar o hóspede, caros e famosos hotéis oferecem catálogos onde mulheres são expostas à venda, e assim fecham os olhos para um problema social grave, que é a prostituição. Além dessas questões, o turismo sexual revela lados ainda mais duros e cruéis como: o tráfico de mulheres, exploração sexual infantil e marginalização das travestis e mulheres transgênero. Dos países da América do sul, o Brasil é hoje o Estado com maior número de mulheres traficadas para fins sexuais. Muitas vezes, mulheres originárias de cidades muito pobres do interior são enganadas com a promessa de uma vida melhor.

Várias já conhecem desde cedo a rotina da exploração de seus corpos: drogas e trabalhos de até 10, 12 horas por dia.

04. *Medidas governistas e débeis de combate à prostituição* através de cartilhas e projetos paragovernistas de lei que colocam a prostituição como um micronegócio, só legitimam a farsa burguesa da emancipação da mulher. A mercantilização do corpo e da sexualidade da mulher cisgênero e transgênero alimenta o bolso da grande burguesia e de muitas mulheres, que ao explorarem suas "companheiras", tornam-se inimigas de classe. A emancipação da mulher virá por ela mesma e pela via classista. Cabe a todas as mulheres trabalhadoras lutar lado a lado para a emancipação de todas as frações da classe proletária! É preciso solidarizar-se às prostitutas e combater todas as formas de sobrevivência precária!

05. *O Brasil é um dos países onde as expressões da homotransfobia* se apresentam de forma bastante acentuada. Dados do Grupo Gay da Bahia (GGB) nos mostram que, em 2013, algo em torno de 132 pessoas da população de gays, lésbicas e travestis foram assassinadas em crimes bárbaros. No relatório do GGB a região Nordeste foi classificada como a mais homo-transfóbica do País, abrigando 28% da população brasileira, concentraram-se na referida região 43% das mortes, seguido de 35% no Sudeste e Sul, 21% no Norte e Centro-Oeste. A homo-transfobia acometida releva o perfil dos vitimados: em sua maioria da classe trabalhadora (com atividades laborativas vinculadas ao estereótipo à população LGBT – cabeleireiro e profissionais do sexo) negros (as) ou pardos (as). O cenário explicita a necessidade de luta contra as formas de discriminação em torno da diversidade sexual, de modo a compreender a homo-transfobia como uma questão social, a ser problematizada pela sociedade, uma vez que é expressão de uma das formas de opressão e exploração, acentuada pelo modo de produção capitalista, cuja barbarização da vida, em meio à lógica da acumulação do capital, se apresenta como tônica central. As opressões se manifestam no machismo, no racismo, na desigualdade social, na homotransfobia, e que sustentam material e ideologicamente o sistema capitalista.

06. *Atualmente, o movimento LGBT passa por processos de crise*, dado que as formas de enfrentamento a problemática acabou adentrando no subjetivismo, nas relações identitárias, no debate em torno de nomenclaturas, afastando-se das estratégias classistas e combativas para o enfrentamento das opressões e explorações. Visualizamos movimentos LGBT cooptados, setoriais LGBT em coletivos e partidos políticos que utilizam o debate das opressões como estratégias para o aparelhamento dos sujeitos sociais. As posturas governistas e/ou paragovernistas utilizam táticas reformistas que nada são de efetivas para o fim da exploração/opressão LGBT. Promovendo, somente, bei-

jaços ou cortejos festivos, que espetacularizam a luta contra a homotransfobia, alimentando o chamado mercado Pink, ditando a moda (roupas, sapatos, gostos) específica para esta população. A festa que cabe ao reformismo contempla somente os LGBT burgueses, aqueles a qual a violência e a opressão atingem e se aprofunda são os mesmos oprimidos pelo pertencimento à classe trabalhadora, então, duplamente oprimidos. Defendemos que a diversidade sexual não pode ser tratada pelas abstrações pós-modernas, que dão centralidade ao indivíduo, esvaziando de sentido o contexto socioeconômico e cultural em que a opressão e exploração contra a população LGBT está situada. Sobretudo, cair num debate culturalista, que atribui a homotransfobia uma dimensão meramente cultural, dissociando as condições materiais de existência e o perfil dos sujeitos que mais sofrem com a discriminação: a classe trabalhadora, os negros, as mulheres, as/os travestis. A questão da homotransfobia está atrelada a condição de classe, pois, sem o recorte de classe, cairemos em formas de falseamento da realidade social.

8

Negamos as estratégias burguesas de enfrentamento às formas de discriminação. Assumimos posturas classistas e combativas no enfrentamento a opressão e a exploração. A autodefesa é uma das formas de enfrentamento da classe trabalhadora contra as opressões da classe burguesa e deve ser a forma de enfrentamento das frações superexploradas do capital, como as mulheres, negros e LGBT. A população LGBT não pode ser vítima de seu destino, mas protagonista das lutas sociais, em defesa da luta do povo!

07. *Como a sociedade capitalista*, a universidade, nega os direitos da mulher e a superexplora em questões que tangenciam as reivindicações características e essenciais das trabalhadoras, como: Assistência médica, licença maternidade e creches públicas. Nega também seu direito a maternidade sob não acolhimento na Residência Universitária de estudantes grávidas/mães. A atual presença da mulher nas Universidades brasileiras sucedeu das lutas mundiais em defesa de seu acesso à educação superior. Hoje, as mulheres ocupam mais de 50% das matrículas em Instituições de Ensino Superior. Infelizmente, isso não garante sua permanência na Universidade. Não podemos comparar a trajetória e vida acadêmica de uma mulher da classe trabalhadora com a trajetória acadêmica de uma mulher da burguesia. Se dedicar totalmente aos estudos, se apropriar de todos os espaços que a universidade nos proporciona (grupos de estudos, projetos, encontros estudantis, etc) não é oportunizado a todas. A conclusão da graduação se torna um desafio a ser superado. Além do cansaço de uma tripla jornada

da de trabalho temos os gastos com livros, xerox, transporte, alimentação. A jornada de trabalho da mulher não é dupla, mas tripla.

Além de trabalhar fora de casa, muitas retornam aos lares para sua terceira jornada: trabalho doméstico e cuidado com os filhos. Deparamo-nos com uma situação ainda mais delicada para permanência da mulher na Universidade: a maternidade. Abandonar os estudos após ter filhos não é raridade para mães da classe trabalhadora.

Muitas vezes as dificuldades começam na licença maternidade. A lei 6.202, de 17 de abril de 1975, garante às gestantes licença a partir do 8º mês de gestação e os três meses seguintes, podendo estender-se mediante atestado médico, com o DIREITO de ser assistido pelo regime de exercícios domiciliares. Alguns professores não respeitam essa lei e, por vezes, pedem que a aluna compareça a universidade nesse período para pegar textos e/ou realizar provas. Isso quando não se é totalmente ignorada pelo docente em tentativas de comunicação através de telefone ou e-mail. Situação pior vivem as residentes universitárias quando engravidam, que estão sendo expulsas. Da mesma forma, estudantes que querem participar de congressos fora do estado, são impedidas de levarem seus filhos/as nos ônibus financiados pela Pro Reitoria de Assuntos Estudantis da UFC. Levantemos em defesa da permanência das mulheres na universidade, por uma creche universitária e um espaço coordenado no período da noite para filhos de mulheres que estudam em cursos noturnos, remuneração de bolsas acadêmicas equiparadas a um salário-mínimo! Lutemos pela garantia de permanência das residentes mesmo grávidas ou com filhos. Por uma Universidade, verdadeiramente, do povo garantindo a permanência de mulheres da classe trabalhadora.

08. **No dia 30 de abril de 2014**, foi aprovado no Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFC (CEPE), o auxílio creche de R\$ 210,00. O Auxílio Creche deve ser um complemento importante no orçamento de estudantes mães e trabalhadoras, configurando-se como instrumento para uma Assistência Estudantil de qualidade. No entanto, na UFC, este foi aprovado com um valor irrisório, com diversos condicionantes e contrapartidas para o seu recebimento, que não contemplará sequer mais da metade do corpo estudantil que necessita do auxílio para se manter na universidade, garantindo um espaço que cuide e eduque seus filhos e filhas. É importante salientar, que o valor do auxílio, sequer se equipara ao valor já questionável das bolsas na universidade, e que os custos com cuidados infantis extrapolam consideravelmente o valor estipulado pelo auxílio. A pauta da Creche Universitária é histórica, e esse espaço pode agregar um número significativo de áreas e cursos para atuarem em suas instâncias. Além do curso de Pedagogia, cur-

dos da área da Saúde, Artes, Gastronomia, Arquitetura, Psicologia, Direito e etc, podem atuar em uma Creche Universitária. Não podemos deixar essa pauta de fora da agenda das lutas estudantis, bem como temos que rechaçar a sua articulação abstrata, apenas figurando em materiais de campanha sem uma real mobilização para que esta seja efetivada. Vale lembrar, que diversas universidades possuem creches, para citar um dos casos, a UFPe conta com Creche Universitária, Escola de Aplicação (com diversos problemas e enfrentamentos), e Auxílio-creche. Ainda ressaltamos que a creche deve ter destinação de verbas através do Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pelo decreto 7234/2010. Para nós da OCC, o Auxílio-creche não pode ser um "cala a boca" nos debates sobre creche. A luta pela Creche Universitária deve ser tarefa de todo o corpo discente, docente, servidores técnico-administrativos, trabalhadoras/es terceirizadas/os e moradores/as do entorno da UFC.

10

09. *O feminismo pós-moderno e pequenoburguês* cumpre um papel fundamental na desmobilização da luta da mulher quando restringe todas essas questões às portas dos laboratórios da universidade e respingam numa mobilização "massiva" à pauta da liberdade corporal, que se trata de uma questão secundária e oportunista à luta das trabalhadoras. E prevê somente frear a luta combativa, impossibilitando a organização em torno de pautas efetivas contra a opressão da mulher. O feminismo então é categoria inseparável à luta da classe trabalhadora, não cabendo a ele se restringir aos muros acadêmico e pequenoburguês da universidade e dos movimentos (reformista) de mulheres. A tarefa do feminismo é lutar incansavelmente contra o estupro cultural e naturalização da pedofilia e prostituição, pelo aborto seguro e assistido pelo Sistema Único de Saúde, pelas creches públicas, pela licença maternidade, pelo acolhimento da universidade às mulheres mães, pelo reconhecimento social das mulheres transexuais, etc. Derubar os muros da universidade no sentido de provocar mudanças nos nossos locais de trabalho e estudo, orientando a luta efetiva pela mudança estrutural da sociedade.

10. *Entendendo a luta pela emancipação da mulher* como uma luta paralela a emancipação da classe trabalhadora, é sabido que o feminismo pós-moderno/pequeno-burguês não é capaz de construir um movimento que desemboque na emancipação integral da mulher. Pois este centraliza a luta em questões de conscientização e promoção de espaços exclusivos que colocam o homem enquanto expressão máxima do machismo, na verdade intenciona o mascaramento da real expressão do machismo, que é a burguesia.

11. *As práticas machistas naturalizadas pela sociedade*, bem como o uso da opressão pelo capital devem ser combatidas por todos, pelo protagonismo das próprias mulheres, por suas próprias mãos. Conclamamos assim: nem feminismo burguês nem reprodução do machismo no seio da classe trabalhadora! Construir a autodefesa feminista nos locais de estudo, trabalho e moradia como forma de empoderar as trabalhadoras dos métodos históricos de combate da sua classe e se solidarizar as lutas operárias no campo e na cidade, das mulheres, negros/as, LGBT, índios e quilombolas. Pois a luta do povo é a luta de todas suas frações duplamente oprimidas.

*Pela permanência da mulher mãe e trabalhadora na universidade;*

*Por Creches e escolas de aplicação na universidade;*

*Por melhor assistência estudantil: Mais bolsas, equiparação dessas ao salário-mínimo, expansão das REUs;*

*Pelo direito das alunas gestantes e mães permanecerem nas REUs;*

*Construir autodefesa feminista e LGBT;*

*Unificar a luta das mulheres e LGBTs;*

*Pela iluminação dos espaços da universidade;*

*Nem feminismo burguês, nem machismo no seio da classe trabalhadora;*

*A luta da mulher faz parte da luta do povo e a luta do povo faz parte da luta da mulher;*

*Contra o extermínio de jovens negros e mulheres na periferia;*

*Luta do povo, classe unida, LGBTs e feministas contra a lesbotransfobia;*

*Não passará! O povo vai se unir pra homofobia acabar;*

A questão da homo-transbofia está atrelada a condição de classe, pois, sem o recorte de classe, cairemos em formas de falseamento da realidade social. Negamos as estratégias burguesas de enfrentamento às formas de discriminação. Assumimos posturas classistas e combativas no enfrentamento a opressão e a exploração. A autodefesa é uma das formas de enfrentamento da classe trabalhadora contra as opressões da classe burguesa e deve ser a forma de enfrentamento das frações superexploradas do capital, como as mulheres, negros e LGBT. A população LGBT não pode ser vítima de seu destino, mas protagonista das lutas sociais, em defesa da luta do povo!

*- Nota da Rede Estudantil Clássista e Combativa (RECC) ao 1 Encontro de diversidade sexual da UFC*

Conclamamos assim: nem feminismo burguês nem reprodução do machismo no seio da classe trabalhadora! Construir a autodefesa feminista nos locais de estudo, trabalho e moradia como forma de empoderar as trabalhadoras dos métodos históricos de combate da sua classe e se solidarizar as lutas operárias no campo e na cidade, das mulheres, negros/as, LGBT, índios e quilombolas. Pois a luta do povo é a luta de todas suas frações duplamente oprimidas.

*- A luta da mulher faz parte da luta do povo!*

